

Diário da Assembléia

Nº 2.408

CURITIBA, SÁBADO, 30 DE JANEIRO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná

DEPUTADOS ESTADUAIS

| | | |
|------|----------------------|---------|
| 1 - | ARMANDO QUEIROZ | (ARENA) |
| 2 - | TULLIO VARGAS | (ARENA) |
| 3 - | OLAVO FERREIRA | (ARENA) |
| 4 - | JORGE SATO | (ARENA) |
| 5 - | ALENCAR, FURTADO | (ARENA) |
| 6 - | IGO LOSSO | (MDB) |
| 7 - | FRANCISCO ESCORSIN | (ARENA) |
| 8 - | ABRAHÃO MIGUEL | (ARENA) |
| 9 - | AGNALDO PEREIRA LIMA | (ARENA) |
| 10 - | AMADEU PUPPI | (ARENA) |
| 11 - | ANTÔNIO LOPES JÚNIOR | (ARENA) |
| 12 - | ARTHUR DE SOUZA | (ARENA) |
| 13 - | DAVID FEDERMANN | (ARENA) |
| 14 - | EMÍLIO CARAZZAI | (ARENA) |
| 15 - | ERNESTO MORO | (ARENA) |
| 16 - | ERONDY SILVÉRIO | (ARENA) |
| 17 - | EURICO ROSAS | (MDB) |
| 18 - | FABIANO BRAGA CORTES | (ARENA) |
| 19 - | FUAD NACLI | (ARENA) |
| 20 - | GABRIEL MANOEL | (ARENA) |
| 21 - | HAROLDO BIANCHI | (ARENA) |
| 22 - | IVO TOMAZONI | (ARENA) |
| 23 - | JOÃO MANSUR | (ARENA) |
| 24 - | LEOPOLDO JACOMEL | (ARENA) |
| 25 - | LUIZ CRUZ | (ARENA) |
| 26 - | LUIZ MALUCELLI | (ARENA) |
| 27 - | NELSON BUFFARA | (MDB) |
| 28 - | OLÍVIO BELICH | (ARENA) |
| 29 - | OLÍVIO GABARDO | (MDB) |
| 30 - | ÓVIDIO FRANZONI | (ARENA) |
| 31 - | PAULO CAMARGO | (ARENA) |
| 32 - | PINTO DIAS | (ARENA) |
| 34 - | ROBERTO GALVANI | (ARENA) |
| 35 - | ROBERTO WYPYCH | (ARENA) |
| 36 - | SEME SCAFF | (ARENA) |
| 37 - | SÍLVIO BARROS | (MDB) |
| 38 - | LAURO MULLER SOARES | (ARENA) |

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Armando Queiroz de Moraes.

1.º Vice-Presidente: Tullio Vargas. 2.º Vice-Presidente: Olavo Ferreira.
3.º Secretário: Jorge Sato. 2.º Secretário: Alencar Furtado. 3.º Secretário: Igo Iwanto Lossó. 4.º Secretário: Francisco Escorsin.

LIDERANÇAS

ARENA - Líder: Erondy Silvério e Vice-Líder: Antônio Lopes Jr.
M.D.B. - Líder: Eurico Batista Rosas - Vice-Líder: Olívio Gabardo.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ARENA - Emílio Carazzai - Presidente.
M.D.B. - Sílvio Barros - Vice-Presidente.
ARENA - Ivo Thomazoni - Antônio Lopes Júnior - Igo Lossó -
Abrahão Miguel - Ovídio Franzoni - Roberto Wypych - Paulo Camargo -
Luiz Cruz.
M.D.B. - Olívio Gabardo.

Suplentes:

ARENA - Haroldo Bianchi - Fabiano Braga Cortes - Arthur de Souza -
Amadeu Puppi - Paulo Poli - Luiz Renato Malucelli - David Federmann -
Francisco Escorsin - Roberto Wypych - Roberto Galvani - Ernesto Moro.

M.D.B. - Eurico Rosas - Nelson Buffara.

Secretária - Maria Amália O. de Oliveira.

Reuniões - quintas-feiras.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

ARENA - Fuad Nacli - Presidente.
M.D.B. - Sílvio Barros - Vice-Presidente.
ARENA - Gabriel Manoel - Paulo Poli - David Federmann - Roberto Galvani - Luiz Renato Malucelli.

Suplentes:

ARENA - Francisco Escorsin - Agnaldo Pereira Lima - Leopoldo Jacomel - Ernesto Moro Redeschi - Luiz Cruz - Pinto Dias.

M.D.B. - Nelson Buffara.

Secretária - Elcy Silva Batista.

Reuniões - Condicionada à existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE FINANÇAS

ARENA - Leopoldo Jacomel - Presidente.
ARENA - João Mansur - Vice-Presidente.
ARENA - Olívio Belich - Seme Scaff - Ernesto Moro - Roberto Galvani.
M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

Suplentes:

ARENA - Antônio Lopes Júnior - Ovídio Franzoni - Haroldo Bianchi -
Ernesto Moro Redeschi - Ivo Thomazoni - Gabriel Manoel.
M.D.B. - Sílvio Barros.
Secretário - Lélcio Guimarães Sotó Maior.
Reuniões - quintas-feiras.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

ARENA - Artur de Souza - Presidente.

ARENA - Pinto Dias - Vice-Presidente.

ARENA - Haroldo Bianchi - Igo Lossó

M.D.B. - Eurico Batista Rosas

Suplentes:

ARENA - Fabiano Braga Cortes - Francisco Escorsin - Igo Lossó -
Olívio Belich.

M.D.B. - Nelson Buffara.

Secretário - Roberto D. Sátyro.

Reuniões - Condicionada à existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ARENA - Antônio Lopes Júnior - Presidente.

MDB - Nelson Buffara - Vice-Presidente.

ARENA - Leopoldo Jacomel - David Federmann.

ARENA - Luiz Cruz.

Suplentes:

ARENA - Abrahão Miguel - Luiz Renato Malucelli - Amadeu Puppi -

Seme Scaff.

M.D.B. - Sílvio Barros

Secretário - Ney Rodrigues.

Reuniões - sextas-feiras.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

ARENA - Leopoldo Jacomel - Presidente.

ARENA - Luiz Renato Malucelli - Vice-Presidente.

ARENA - Fabiano Braga Cortes - Olívio Belich.

M.D.B. - Nelson Buffara.

Suplentes:

ARENA - Arthur de Souza - Abrahão Miguel - Emílio Carazzai -

Agnaldo Pereira Lima.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

Secretário - Ivo Gusso.

Reuniões - Condicionada a matéria.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ARENA - Ivo Thomazoni - Presidente.

M.D.B. - Olívio Gabardo - Vice-Presidente.

ARENA - Roberto Galvani - Agnaldo Pereira Lima - Abrahão Miguel.

Suplentes:

ARENA - Gabriel Manoel - Fabiano Braga Cortes - Ovídio Franzoni -

João Mansur.

M.D.B. - Sílvio Barros.

Secretário - Antônio Lacerda Braga Neto.

Reuniões - Condicionada à existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE POLÍCIA

ARENA - Paulo Camargo - Presidente.

M.D.B. - Nelson Buffara - Vice-Presidente.

ARENA - Ernesto Moro Redeschi - Roberto Galvani - Haroldo Bianchi.

Suplentes:

ARENA - Luiz Cruz - Luiz Renato Malucelli - Igo Lossó - Pinto Dias.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

Secretário - José Tavares do Costa Filho.

Reuniões - 2.ª, 4.ª e 6.ª feiras.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ARENA - Ovídio Franzoni - Presidente.

ARENA - Amadeu Puppi - Vice-Presidente.

ARENA - Paulo Camargo - David Federmann.

M.D.B. - Nelson Buffara.

Suplentes:

ARENA - Emílio Carazzai - Haroldo Bianchi - Ernesto Moro Redeschi - Igo Lossó.

M.D.B. - Eurico Batista Rosas.

Secretário - Loris Cordoso de Barros.

Reuniões - Condicionada à existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

ARENA — Paulo Poli — Presidente.
ARENA — Roberto Wypych — Vice-Presidente.
ARENA — Gabriel Manoel — Abrahão Miguel.
M.D.B. — Silvio Barros.
Suplentes:

ARENA — Olivio Belich — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni — Luiz Cruz.
M.D.B. — Olivio Gabardo.
Secretário: — Alberto Carazzi Neto.
Reuniões: —

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ARENA — David Federmann — Presidente.
M.D.B. — Olivio Gabardo — Vice-Presidente.
ARENA — Arthur de Souza — Igo Losso — Fuad Nacif.
M.D.B. —
Suplentes:
ARENA — Ernesto Moro — Luiz Cruz — Luiz Roberto Malucelli — Olivio Belich.
M.D.B. — Silvio Barros.
Secretário: — Gilberto Felix da Silva.
Reuniões: — 3.a e 5.a feiras.

COMISSÃO DE TURISMO

ARENA — Luiz Renato Malucelli — Presidente.
M.D.B. — Eurico Batista Rosas — Vice-Presidente.
ARENA — Seme Scaff — Antônio Lopes Junior — Ovidio Franzoni.
Suplentes:
ARENA — João Mansur — Francisco Escorsini — Leopoldo Jacomel — Haroldo Bianchi.
M.D.B. — Nelson Buffara.
Secretário: — Maria Stella M. do Amaral Gurgel.
Reuniões: —

COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO DE ADAPTAÇÃO CONSTITUCIONAL

ARENA: Abrahão Miguel — Presidente; Antônio Lopes Junior — Túlio Vargas — Luiz Renato Malucelli; M.D.B.: José Alencar Furtado — Olivio Gabardo. Secretária: Ely Silva Batista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 253.ª Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)

Realizada em 30 de Janeiro de 1970

Presidência do sr. deputado Armando Queiroz, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Alencar Furtado.
As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Armando Queiroz, Jorge Sato, Alencar Furtado, Igo Losso, Francisco Escorsini, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Arthur de Souza, David Federmann, Emílio Carrazzi, Ernesto Moro, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacif, Gabriel Manoel, Ivo Tomazoni, João Mansur, Leopoldo Jacomel, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olivio Belich, Olivio Gabardo, Paulo Poli, Roberto Wypych, Seme Scaff e Silvio Barros (27); faltando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Túlio Vargas, Olyo Ferreira, Abrahão Miguel, Antônio Lopes Junior, Haroldo Bianchi, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani e Lauro Soares (11).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

— Sob o n. 70, do senhor Eurides Mascarenhas Ribas, secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, prestando informações a requerimento do senhor deputado Francisco Escorsini. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

— Sob o n. 33, do senhor Guilherme de Albuquerque Maranhão, comunicando que em data de 15 do mês em curso, assumiu o exercício do cargo de Procurador Geral da Justiça, em substituição ao titular efetivo, que se encontra afastado para fazer parte da Comissão designada pelo decreto governamental n. 17.285, de 14-11-69. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 36-70, do senhor Ernesto Gettel, presidente da PETROBRAS, prestando informações a requerimento do senhor deputado Nelson Buffara. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

— Sob o n. 1-70, do senhor Luiz D. Pereira de Castro, comunicando que por determinação do excelentíssimo senhor General Carlos de Moraes, presidente do IBRA, reassumiu suas funções como Chefe da Circunscrição Regional de Curitiba, através da Portaria n. 647-69. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 19-69 do senhor Léo Serejo Pinto de Abreu, superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, comunicando a instalação

de uma Coordenação Regional em Pôrto Alegre, com sede à rua Caldas Junior, sendo nomeado Coordenador Regional o senhor Seno A. Cornely. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 48-69, do senhor professor José Antonio Gonçalves, comunicando que em data de 25 do mês em curso, por ato de Obediência e Portaria n. 2.714 de 15 de dezembro de 1969, assumiu a função de Delegado de Polícia do Município de Cruzeiro do Sul. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Sob o n. 41-70, do senhor Euclides Migliari, diretor superintendente do Ensino Superior, comunicando que assumiu aquele cargo, em data de 10 do mês em curso, de acordo com o Decreto n. 17.373, de 9-1-70. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

— Do senhor Orides Begnossi, prefeito municipal de Florida, convidando a Presidência desta Casa, para assistir às solenidades de posse das autoridades municipais de Florida, recentemente eleitas, a realizar-se no dia 31 de janeiro de 1.970. — Ao conhecimento do senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está fada a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. — (Pausa). Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à ORDEM DO DIA.

com a presença de 27 srs. Deputados.
Passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme boletim avulso já distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 35-69, criando no Distrito de Pinhaís, Município de Piraquara, um ginásio estadual, para funcionar a partir de 1970. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 165-69, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Associação Feminina de Amparo ao Recém-Nascido — "AFAN" —, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 26-69, que dispõe sobre a realização de sessões pela Assembleia Legislativa, em local diverso da Capital, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 399-68, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 396-68, de autoria do Dep. Silvio Barros, que autoriza o Poder Executivo a doar uma ambulância pertencente a Secretaria de Saúde Pública, à Caixa de Aponeurose e Pensão dos Funcionários Públicos de Maringá — C.A.P.S.E.M.A., e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P., com Substitutivo Geral. — Aprovado artigo por artigo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, na sessão de ontem a Casa ao apreciar o Projeto de Lei n. 272-69, em 2a. discussão, foi afetada por uma preliminar levantada pelo deputado Alencar Furtado.

— Naquela oportunidade, como não dispúnhamos de dados para elucidar as dúvidas do nobre Deputado, solicitamos a Mesa que fosse o referido projeto retirado da Ordem do Dia por uma sessão, na sessão de ontem.

Todavia, verificamos que hoje não consta da Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 272-69. O requerimento foi que este projeto fosse retirado da Ordem do Dia apenas na sessão de ontem.

Nestas condições, solicitamos que seja incluído, ouvida a Casa, o referido projeto na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência levará a consideração do Plenário o requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, que é o seguinte: (R):

"Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, considerando que, na sessão anterior, a Casa aprovou requerimento de sua autoria para o adiamento da 2a. Discussão do Plenário de Lei n. 272-69 por uma sessão, requer seja o mesmo incluído e discutido e votado na Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões em 30 de Janeiro de 1970

(s) Erondy Silvério"

O SR. PRESIDENTE — Em votação, o requerimento. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o artigo 1.º do Projeto de Lei n. 272-69.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para discutir). Sr. Presidente, nobres srs. Deputados. O nobre deputado Alencar Furtado, na sessão de ontem, levantou uma preliminar de que a Casa não poderia aprovar Projeto de Lei que ora se discute, oriundo de Mensagem Governamental, porquanto, através de emenda aposta à Lei n. 6049, a Empresa de Turismo PARANATUR mudou a sua personalidade jurídica, de Direito Público para Direito Privado; nessas condições não poderia, segundo o nobre deputado Alencar Furtado, o Estado dar, a mencionada autarquia, os imóveis a que pretende, através de Mensagem que hoje estamos discutindo.

Todavia, achamos, embora respeitamos muito a inteligência, os conhecimentos jurídicos do nobre Deputado, achamos que Sua Excelência está incorrendo em erro — em erro porquanto ampara, na própria Lei Federal, para que aquela empresa transformasse sua personalidade e ficasse vinculada ao Poder Público.

Ainda não tivemos tempo de estudar minuciosamente a matéria, temos no entanto dados, aqui, que passaremos a ler:

... (Le dados sobre a empresa): — (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico)

Este é o caso da PARANATUR, que foi criada para explorar uma atividade econômica, que já é consenso universal de denominar-se "indústria sem chaminés" — é indústria de turismo. Ninguém nega a necessidade que o Governo do Estado, de criar um órgão próprio para supervisionar atividades turísticas no Estado, a fim de coordenar, para o nosso Estado, o interesse turístico não só dos demais Estados da União, como do próprio exterior, e os primeiros frutos já se fizeram sentir, o trabalho da PARANATUR — embora encetado — já é de molde a atrair, para as belezas naturais do Paraná, atenção de milhares e milhares de turistas.

Estamos presenciando, nestas férias de fins de 1.969 e início de 1.970, um enorme fluxo de turistas ao Estado. Os hotéis estão repletos. Isto em grande parte se deve à campanha inicial que fez a PARANATUR em favor do turismo paranaense. Aquilo que se faz há muitos anos no continente europeu apenas agora começou a acordar as autoridades brasileiras. Esta Casa está no dever de favorecer, sem ferir de maneira nenhuma a lei, mas está no dever de favorecer as atividades da PARANATUR e este apoio a PARANATUR já recebeu e vem recebendo desta Casa. Vimos à tribuna para trazer ao nobre deputado Alencar Furtado, as razões da bancada da ARENA nesta Casa, no sentido de apoiar a transformação da personalidade jurídica da PARANATUR e apoiar as atividades do Governo que visa somente transferir, a título de integralização de Capital, bens do patrimônio público estadual e que já estão sendo ocupados pela PARANATUR e outras de referência turística do Estado. De maneira que dentro daquilo que o artigo 30, do Decreto-Lei Federal n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, deu a uma redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei Federal n. 900, de 69 de setembro de 1.969, tem a emenda amparo legal. Portanto, a alteração da personalidade jurídica da PARANATUR também decorreu da necessidade de adaptá-la aos conceitos emanados da legislação federal, alteração essa que de nenhum modo, poderia significar que a referida empresa estaria sendo desvinculada da administração pública, pois o seu vínculo à Secretaria de Estado dos Negócios do Governo e ao Conselho Estadual de Turismo foi mantido expresso em sua lei orgânica.

Além disso, merece destacar que a transferência de bens de propriedade do Estado do Paraná a título de integralização do seu exclusivo capital na PARANATUR, constitui norma legal prevista na referida lei n. 5.943, que no parágrafo 3.º, do seu art. 19, assim dispõe:

"§ 3.º. Para a integralização ou aumento do capital da empresa, de que trata a presente lei, poderão, mediante Lei Especial, ser transferidos bens de propriedade do Estado do Paraná, que apresentem interesse turístico".

Sobre a matéria, o renomado mestre do Direito Administrativo brasileiro, Hely Meireles, em a obra "Empresas Públicas" da Fundação Getúlio Vargas, comenta:

"Empresas Públicas — As empresas públicas são os mais modernos tipos de instituições parastatais, com personalidade privada e organização de entidade particular, destinadas a realizar empreendimentos públicos de caráter industrial, na forma da lei que as institui".

Diz ainda o Mestre:

"O que nos parece característico é que tal empresa se presta a desempenhar atividades públicas propriamente ditas, sob a forma de sociedade privada, mas constituída, subvencionada e dirigida pelo Poder Público. É, no dizer dos alemães, "O Estado na qualidade da empreiteira" — "Der Staat als Unternehmer". Difere da sociedade de economia mista, que realiza serviços de interesse coletivo, mas não estatal, como também se diversifica da autarquia que desempenha função estatal descentralizada, mas como parte integrante do próprio Estado. A empresa pública situa-se entre a autarquia e a sociedade de economia mista".

Diante das características apontadas, a empresa pública se apresenta como ente parastatal permanecendo na zona de transição entre os instrumentos de ação administrativa do Poder Público e as entidades privadas de fins industriais. Sujeita-se ao controle direto do Estado, na dupla linha administrativa e política, já que o seu patrimônio, a sua direção e os seus fins são estatais. Vale-se tão-somente, da forma privada para o desempenho de suas atribuições públicas.

Daí decorre que os seus bens institucionais são impenhoráveis, como o são os estatais, mas o produto de sua atividade industrial, por sua comercialidade, deve garantir as obrigações da empresa e sujeitar-se à execução no mesmo plano de negócios particulares. Tal é a conclusão sugerida pela doutrina, tendo em vista a necessidade da garantia dos que contratam com a empresa pública.

O pessoal destas empresas rege-se por seus estatutos e sujeitam-se às normas da legislação trabalhista, em pé de igualdade com os das organizações privadas. Não são considerados funcionários públicos, salvo para fins criminais e inamovibilidade de cargos executivos ou mandatos legislativos, como indicamos no início deste título ao cuidarmos das generalidades dos entes parastatais".

Do que foi ora exposto, chega-se à conclusão de que a medida substanciada no Projeto de Lei n. 272-69 merece inteiro acolhimento, por parte da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós sabemos que talvez o pensamento do nobre deputado Alencar Furtado, a respeito da matéria seja outro. Respeito, como sempre o fizemos, o seu ponto de vista, porque ninguém pode mudar ninguém, quando ele tem a pré-determinação de combater uma matéria, dentro do seu ponto de vista e fazendo também dentro da ética e da elegância que é peculiar ao nobre Deputado. Temos que respeitar suas ponderações, seus pontos de vista. Todavia, nós também temos a convicção de que não houve desvinculação alguma da PARANATUR com o Poder Executivo, com os bens do Estado. Temos essa convicção, a maioria da bancada da ARENA tem essa convicção e não poderíamos, na sessão de ontem, ter usado a força de nossa convicção para aprovar, em segundo turno, a matéria. Temos sempre muito respeito pelos pontos de vista de V. Exa., mas para que amanhã, quando se resolvesse os Anéis desta Casa, poderíamos ver que esta Mensagem Governamental não é elvada de erros, que não se está esbanjando o patrimônio do Estado, que apenas está se dando uma destinação específica para o que destinado, é que usamos da palavra.

De maneira que, amanhã, os pósteros não digam que o Governo mandou a esta Casa uma Mensagem doando o patrimônio do Estado e que não houve uma reação da bancada da ARENA, nos pensamos trazer estes esclarecimentos, não só à luzida bancada do MDB, mas ao nobre deputado Alencar Furtado, a quem muito respeitamos.

Não vamos manter polêmica a respeito do assunto, porque conhecemos as razões e os fundamentos da Mensagem Governamental, vamos votar a matéria conscientemente. Não estamos aqui praticando um crime de lesa patrimônio ao Estado do Paraná. Portanto, aceitamos a contestação de V. Exa., embora não nos tenha convencido ontem, hoje, talvez, isso aconteça. Logo a decisão da ARENA: aprovar a matéria. Portanto, achamos válida a decisão, em preceito legal.

Era o que tínhamos a dizer. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o artigo 1.º

O SR. ALENCAR FURTADO — (Para discutir). Sr. Presidente: srs. Deputados. Preliminarmente, quero agradecer as referências econômicas dirigidas a nós pelo ilustre líder da bancada da ARENA, deputado Erondy Silveiro, pois que na modestia de nossa atuação, nesta Casa, temos que aprender que o carinho com que os nobres pares nos cercam é, às vezes, esbanjado em suas manifestações.

Mas, no que tange ao problema PARANATUR, data vinda do parecer minuciosamente elaborado pelo ilustre líder da bancada do Governo, situo, em contradição a esse ponto de vista, primeiro indagando para depois disserrar.

Que motivos teria levado o Governo do Paraná a endossar uma transformação alterando a personalidade jurídica de Direito Público para Direito Privado da PARANATUR? Que benefícios adviriam para a vida da empresa?

O sr. Erondy Silveiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para elucidar V. Exa. O nobre Deputado talvez, por esquecimento, esteja incorrendo em equívoco. Não foi Mensagem Governamental que transformou a personalidade jurídica da PARANATUR. Foi uma emenda subscrita pela bancada da ARENA.

Agora chamamos a atenção para o fato de que, de acordo com a própria constituição da empresa pública, conforme Decreto 900, a PARANATUR funcionaria melhor como empresa privada. Seus funcionários seriam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e haveria maior facilidade no manuseio das receitas, sempre com o crivo com o controle do Conselho Fiscal composto por três Secretários de Estado, além dos representantes das entidades de classe das mais respeitáveis que temos no Paraná, como a Federação das Indústrias e outras.

Foi apenas visando o aperfeiçoamento e as facilidades de remanejamento no seu funcionamento para que atingisse os fins para os quais a PARANATUR foi criada, pensando apenas nestes benefícios foi que apresentamos a emenda por iniciativa própria, sem nenhum pedido, sem nenhuma solicitação por parte do Governo.

Foi a experiência que nos ensinou que as autarquias melhoraram um pouco o funcionamento do nosso Estado; depois das autarquias, as sociedades de economia mista também, tais como o COMAL, a CODEPAR e outras entidades que V. Exa. conhece, trouxeram notável desenvolvimento, em seus setores de atividade, ao Estado do Paraná na década de 60.

Achamos muito importante mesmo o problema jurídico. Achamos que será uma fonte de receita para o Estado, porque atrações turísticas não nos faltam. Com esta emenda pretendemos dar maior remanejamento, como já disse, à administração da PARANATUR, para que ela atingisse os seus objetivos. Não nos moveu outro interesse. cremos, desta forma, ter respondido satisfatoriamente as considerações do deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — A resposta de V. Exa. teve efeito talvez mais gongórico do que convincente.

O sr. Erondy Silveiro — V. Exa. pode fazer a conciliação que quiser. Apenas desejo que V. Exa. trave o debate no mesmo tom de respeito com que estou debatendo. A conciliação de V. Exa. pouco interessa. Quero que V. Exa. me trate com o mesmo respeito com que o tenho tratado até aqui.

O SR. ALENCAR FURTADO — V. Exa. está praticando contra mim uma injustiça. Não o desrespeito, pelo contrário, até acolhi a argumentação de V. Exa. de forma que hoje, usando e manifestando agradecimentos depois pelas suas considerações. Não poderia deixar de tratá-lo com a franqueza com que está me tratando. Não faltar com o respeito a V. Exa. quando faltei literariamente em gongorismo e não em convencimento. Se assim me expressei foi para situar o meu ponto de vista.

Longe de mim, mas muito longe de mim qualquer propósito de ofensa a qualquer Deputado desta Casa, a não ser quando seja eu o ofendido.

Longe de mim! Jamais qualquer dos srs. espera de mim um comportamento desta natureza. V. Exa. não entendeu, com certeza, a manifestação do meu pensamento — daí talvez a razão que não tinha propósito válido, manifestado por V. Exa. Creio que este esclarecimento tenha retirado de V. Exa. o entendimento que não é o meu.

Mas, dizia eu, que estranhei, não entendi que houvesse o propósito de criar personalidade jurídica da Empresa, porque pelas razões ditas por V. Exa. haveria um melhor manuseio administrativo, u'a melhor maleabilidade administrativa com essa transformação, desvinculada do burocratismo que poderia ter, com a vinculação da personalidade de Direito Público.

Se bem entendido, as razões expostas, de V. Exa. foram estas, agora enunciadas numa síntese.

V. Exa. ainda deu notícia do desenvolvimento do setor autárquico e do setor de economia mista, mas veja V. Exa., o setor autárquico é sujeito a burocratismo, inclusive sujeito à fiscalização do emprego de verbas; o setor de economia mista está sujeito à Assembleia, na qual o Estado ou o Município; ou a União, tem sempre predomínio, porque é de caráter maioritário a sua participação, consequentemente sendo da vontade da Assembleia poder fiscalizar, sobreabundantemente, as atividades da economia mista.

Já no caso em pauta, e ainda ontem — para fazer um parêntese — o ilustre Presidente da PARANATUR estava comigo conversando, quando inquiria eu aquela figura da maior responsabilidade administrativa, para saber quais as razões do interesse da PARANATUR na transformação da sua natureza jurídica. A resposta dada pelo Presidente da PARANATUR não coincide com a resposta dada por V. Exa.

O sr. Erondy Silveiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu estranhei que V. Exa. faça essa afirmação, porquanto o espírito que me animou a apresentação da emenda, foi aquele que disse a V. Exa. Não tive nenhum entendimento com o Presidente da PARANATUR sobre a apresentação da emenda, ele pode apreciar sob um prisma, a emenda, e o seu autor sob outro! Não há o que estranhar em não haver coincidência!

O SR. ALENCAR FURTADO — O que eu estranhei, nobre Deputado, é que ele, como Presidente da Empresa, não tivesse interesse pelas vantagens decantadas inclusive por V. Exa.

Ontem, quando me esclareci sobre a matéria, disse-me textualmente: que o único propósito que animou a PARANATUR a pleitear, a querer essa transformação, foi um só: o fato de a PARANATUR contar com verbas — se não me errano de assistência, não sei a que título — o que, quando tais verbas formalizadas em pedido chegaram ao Tribunal de Contas do Estado, este se recusara a registrá-las, superpondo-se, por sinal, ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo, que, um elaborando a Lei e outro sancionando a mesma, não podem ficar marginalizados por um convencimento de um Tribunal de Contas, no caso por mim citado.

O 4.º Poder deste Estado tem, em verdade, poder demais, ao ponto de esmagar a vontade desta Casa em forma de lei e a vontade do próprio Governador do Paraná, em forma de sanção. E quem assim afirma é o Presidente da PARANATUR, a mim, ontem, na presença de várias pessoas que comigo se encontravam.

Disse ele então que a única razão que existia para essa transformação era não só a de ser facilitado o registro, no Tribunal de Contas, das verbas devidas e que teriam que ser recebidas pela PARANATUR.

ciativa privada, acreditado em que deverá perder a particularidade e a peculiaridade de oferecer pareceres, bem como de proceder a triagem dos planos apresentados pelos investidores, pelos empreendedores que desejem se estabelecer no Paraná.

— *Está a mesa precipua e principal do meu aparte.*

Antes de dizer que o acordo com as afirmações três vezes anunciadas por V. Exa. da tribuna, no que diz respeito às afirmativas do Superintendente da PARANATUR, são descabidas, pois que na Constituição Federal de 67 o Tribunal de Contas da União perdeu a capacidade do registro "a priori" das pretensões dos órgãos do Governo. E na Constituição que estamos a aplicar, acredito que tais medidas deverão se proceder. Na futura Constituição do Estado do Paraná, não posso abdicar do meu ponto de vista anunciado, porque, em realidade, não se pode admitir que sejam incorporados a sociedades de personalidade privada, bens de transcendental importância, tais como a área circunscrita à Vila Velha, que ascende a 4 mil alqueires; bem como as Águas de Santa Clara, e outras propriedades de importância transcendental.

O Governo do Paraná ao proceder a lei que criou a PARANATUR anexou essas propriedades. Mas hoje, ao transformar a iniciativa pública em iniciativa privada, acredito que não podemos transferir para essa firma privada todo o patrimônio do Estado de inestimável valor. E estou absolutamente consciente de que a tese defendida pelo ilustre deputado Alencar Furtado tem validade, porque não poderíamos doar, simplesmente, patrimônio desta natureza, a uma firma que fosse autarquia, sociedade de economia mista, parastatal ou de caráter público.

E continuo pensando que se ela perdeu a característica pública, perdeu também a característica de fazer triagem, de oferecer parecer, aos projetos como então fazia.

O SR. EMILIO CARAZZAI. — (Pela ordem). Sr. Presidente, com toda a reverência ao orador, que se encontra na tribuna, eu peço a V. Exa. que considere o meu pedido de verificação de "quorum", pedido que estou dirigindo à Mesa.

O SR. ALENCAR FURTADO. — (Pela ordem). Sr. Presidente, respeito demais e até hoje tenho proclamado a figura do brilhante deputado Emilio Carazzai. Tenho-o na conta alta em termos de conceito. Estranho, todavia, a sua questão de ordem, porque, na Ordem do Dia, se encontra uma matéria de interesse do povo do Paraná, de alto interesse público, em discussão. Não nos encontrávamos no instante da votação da matéria. Mas, no que se trata pessoalmente, não que me ative pessoalmente, no que pudeste me lesionar pessoalmente, nada tenho a dizer, porque a estima que tenho, é grande demais, ao deputado Emilio Carazzai. Mas, tenho que dizer, que proclamar que S. Exa. foi infeliz em sua questão de ordem porque a cessação da discussão de uma matéria que fere profundamente os interesses do povo do Paraná, infeliz, como disse.

O SR. Emilio Carazzai. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Acerto as referências de V. Exa. em relação à minha atitude pelo grande respeito que tenho. Até acho que nestes 19 anos que pertenço a esta Casa não encontrei uma celebração mais robusta, que a de V. Exa. E até um atrevimento querer dizer diálogo com V. Exa.

O SR. ALENCAR FURTADO. — Não apoiado.

O SR. Emilio Carazzai. — Tanta robustez, intelectual e honestidade em suas conjecturas, no seu diálogo, no modo com que trata os problemas nesta Casa, merece todo o meu respeito. V. Exa. até, reconheço, atribui qualidades que não posso.

Entretanto, uma virtude eu tenho, que é a de obedecer o Regimento Interno. Estou pedindo apenas verificação de quorum. Não estou impedindo que V. Exa. discuta a matéria. Quero que exista quorum para ter o prazer de continuar ouvindo o brilhante discurso de V. Exa.

Apenas quero que, S. Exa., o Sr. Presidente, determine a verificação de quorum para saber se a Casa está funcionando dentro do Regimento Interno.

O SR. ALENCAR FURTADO. — Retirando-me da tribuna, sr. Presidente, solicitar que V. Exa. deixasse inscrito o meu nome para a discussão de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE. — Em virtude do requerimento de autoria do sr. deputado Emilio Carazzai, solicito ao sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE. — Responderam à chamada nominal 13 srs. Deputados. Não há quorum para a votação. Continua em discussão o art. 1.º — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE. — Artigo 2.º.

O SR. ALENCAR FURTADO. — (Pela Ordem). Eu alocarei o propósito que no fundo tinha o nobre deputado Emilio Carazzai, na sua questão de ordem, eis que, no seu intuito, esta matéria deveria ser melhor examinada, por maior presença de Deputados nesta Casa, em razão da sua relevância; então, até pelo alcance da sua intenção, retirei-me da tribuna. Posso dizer de público, testemunho, posso dar, do interesse que se encontra imbuído o líder do Governo nesta Casa, e que não tem outro propósito senão bem encaminhá-la.

Então eu pediria a V. Exa. — se fosse o caso — em razão de não podemos votar a matéria, pela ausência de Deputados, que possa ser feita na próxima reunião, na próxima sessão, quando tenhamos maior presença nesta Casa: não sei se é regimental o meu pedido, mas, quanto ao mérito da verificação, porque sei que há um propósito em tese, do líder da ARENA nesta Casa; não sei se é regimental o meu pedido, mas, quanto ao mérito da matéria sei que é cabível.

O SR. PRESIDENTE. — Nobre Deputado, a presidência, por solicitação do deputado Emilio Carazzai, procede a chamada nominal, e 13 srs. Deputados responderam; evidentemente não há quorum para deliberação, havendo, todavia, para discussão da matéria, e a Presidência colocou em votação o artigo 1.º da Proposição em debate, e considerou válida a discussão com relação ao artigo 1.º. Agora a matéria está em discussão, com relação ao artigo 2.º.

Em discussão o artigo 2.º;

Em discussão o artigo 3.º;

O SR. ALENCAR FURTADO. — Sr. Presidente, requiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE. — O sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos srs. Deputados para a verificação de quorum.

(É feita a chamada nominal dos srs. Deputados)

14 srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum para votação.

Encerrada a discussão do Projeto de Lei n.º 272-69, artigo por artigo.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 204-69, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NCr\$ 178,00 à Sra. Olívia da Costa Lacerda, viúva do ex-Deputado Estadual Manoel Linhares de Lacerda — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.M.L.

Em discussão. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 207-69

1.ª Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de NCr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros novos) à Sra. Olívia da Costa Lacerda, viúva do ex-Deputado Manoel Linhares de Lacerda.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1969.

a) Túlio Vargas

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 207-69

Pretende o nobre Deputado Túlio Vargas, através do presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NCr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros novos) à Olívia da Costa Lacerda, viúva do ex-Deputado Manoel Linhares de Lacerda.

2.ª — Vem o Projeto articulado e devidamente justificado, em obediência à determinação expressa constante do Regimento Interno.

3.ª — Quanto aos aspectos constitucional e legal, bem como a sua oportunidade, nada a opor.

Nestas condições somos pela aprovação da proposição ora em exame.

Art. 1.º — Parecer

Sala das Comissões, em 2.º de novembro de 1969.

a) Emilio Carazzai — Presidente, Ovídio Franzoni — Relator, Ernesto Moro, Roberto Wypych e Izo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 207-69

— Vem o presente Plano de Lei conceder uma pensão mensal à viúva do ex-Deputado Manoel Linhares de Lacerda, tendo em vista que a mesma não foi beneficiada com a Lei n.º 4.763, de 5-11-63, deste Poder Legislativo.

2.ª — Em se tratando de Projeto de Lei, meramente autorizatório, esta Comissão não vê qualquer impedimento de ordem financeira que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1969.

a) Leopoldo Jacomet — Presidente, Sca Seiff — Relator, Roberto Galvani, Ernesto Moro, Haroldo Bianchi, Eurico Rosas e João Mansur

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 237-69, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Clube Cultural e Recreativo "Divina Pastora" da Cidade de Ourizona.

Em discussão. Parecer favorável da C.C.J. e C.F.M.L.

PROJETO DE LEI N.º 237-69

1.ª Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o Clube Cultural e Recreativo "Divina Pastora" da Cidade de Ourizona.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1969.

a) Jorge Sato

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 237-69

Propõe-se a declaração de utilidade pública para o Clube Cultural e Recreativo "Divina Pastora" da Cidade de Ourizona.

2.ª — O processo legislativo se faz acompanhar dos estatutos e do exemplar do Diário Oficial que o publicou em resumo.

Não há ilegalidade a ser levantada, somos, por isso, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1969.

a) Emilio Carazzai — Presidente, Ivo Tomazoni — Relator, Silvio Barzani, Paulo Poff, Haroldo Bianchi, Ovídio Franzoni

O SR. EMILIO CARAZZAI. — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro novamente verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE. — O sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados para a verificação de quorum.

(É feita a chamada nominal dos srs. Deputados)

11 srs. Deputados responderam à chamada nominal. Não há quorum para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para a próxima segunda-feira, dia 2.º, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª Votação em 2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 272-69; 2.ª Votação em 1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 207-69;

3.ª Votação Final — do Projeto de Lei n.º 240-69; 4.ª Votação Final — do Projeto de Lei n.º 399-69, 396-69;

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 237-69, 194-69, 124-69;

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES: COMISSÃO DE FINANÇAS

6.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e sessenta e nove, na Sala das Comissões, às quatorze horas, reuniu-se em caráter extraordinário a Comissão de Finanças, sob a presidência do senhor deputado Ernesto Moro e contando com as presenças dos senhores deputados Ivo Tomazoni, Roberto Galvani, Antônio Lopes Junior, Haroldo Bianchi. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, com a constância da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35-69 — de autoria do senhor deputado Antônio Lopes Junior, e outros, que dá nova redação ao artigo 194, do Regimento Interno (Título de Representação), correspondente a 30 (trinta) diárias, relator senhor deputado Ivo Tomazoni, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 254-69 — de autoria do senhor deputado, diga do Governo do Estado — Mensagem n.º 53-69, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar as Tabelas

A, B, C, D, e E, constantes da Lei n. 5.482, de 20-1-67, que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública relator senhor deputado Roberto Galvani, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 272-69 — de autoria do Governo do Estado — Mensagem n. 59-69, que objetiva transferir a Empresa Paranaense de Turismo "PARANATUR" os imóveis que especifica, de propriedade do Estado, relator senhor deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 273-69 — de autoria do Governo do Estado — Mensagem n. 57-69, solicitando autorização para abrir ao Orçamento Geral do Estado, crédito suplementar de NCr\$ 270.385,00 (duzentos e setenta mil, trezentos e oitenta e cinco cruzeiros novos), destinado a despesas com a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, relator senhor deputado Roberto Galvani, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente sessão, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Lélio G. Sotto-Maior — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
6a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 16a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às quatorze horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, com o fim específico de apreciar o Projeto de Lei n. 268-69. Sob a presidência do senhor deputado Leopoldo Jacomet e contando com as presenças dos senhores deputados Ernesto Moro Redeschi, Roberto Galvani, Haroldo Bianchi e Ivo Thomazoni, havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte: PROJETO DE LEI N. 268-69, de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, que autoriza o D.E.R., aceitar a partir de 1-1-70, títulos de crédito até o limite de NCr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros novos), no exercício de 1.970, com vencimentos não superior a 10 (dez) meses e dá outras providências; relator senhor deputado Ernesto Moro, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente sessão, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Lélio G. Sotto-Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
ATA DA 66a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e sessenta e nove, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Olivir Gabardo, apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 280-68, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cruz, concede título de cidadão honorário do Paraná, ao senhor Luigi Maçoi Pettinelli, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N. 35-69, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, cria no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, um ginásio estadual para funcionar a partir de 1.970. PROJETO DE LEI N. 111-69, de autoria do Senhor Deputado David Federmann, considera de utilidade pública, a Fundação de Ensino Superior do Paraná Central. PROJETO DE LEI N. 127-69, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, autoriza o P.E. criar o curso científico estadual na cidade de Ribeirão do Pinhal, para funcionar a partir do próximo ano. PROJETO DE LEI N. 154-69, de autoria do senhor deputado Olavo Ferreira, autoriza o P.E. considerar de utilidade pública, a creche "Nossa Senhora de Fátima", com sede na cidade de Londrina. PROJETO DE LEI N. 184-69, de autoria do senhor deputado João Olivir Gabardo, dá nova redação ao item V, do artigo 126, da Lei n. 5.871 de 6 de novembro de 1.963. PROJETO DE LEI N. 192-69, de autoria do senhor deputado Paulo Poli, declara de utilidade pública a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Rui Barbosa, de Marechal Cândido Rondon. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão da qual, eu, Lélio Guimarães Sotto Maior, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Lélio Guimarães Sotto Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N. 280-68
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — É concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Luigi Maçoi Pettinelli, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-11-69.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fabiano B. Côrtes

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 35-69
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica criado no distrito de Pinhais, Município de Piraquara-Pr., um Ginásio Estadual, para funcionar a partir de 1.970.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-11-69.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fabiano B. Côrtes

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 111-69
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica considerada como de utilidade pública, a Fundação de Ensino Superior do Paraná Central, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-11-69.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fabiano B. Côrtes

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 127-69
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Curso Científico Estadual, na cidade de Ribeirão do Pinhal, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a concretização do previsto no Art. 1.º da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-11-69.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fabiano B. Côrtes

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 154-69
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública a Creche "Nossa Senhora de Fátima", com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-11-69.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fabiano B. Côrtes

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 184-69
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — O item V, do Artigo 126, da Lei n. 5.871 de 6-11-69, passa a ter a seguinte redação:

"exercício de função ou missão do Governo ou de administração em qualquer parte do território estadual, por nomeação do Chefe do Poder Executivo ou por designação do Secretário de Educação e Cultura".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-11-69.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fabiano B. Côrtes

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 192-69
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :
Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Rui Barbosa, com sede e fóro no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-11-69.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fabiano B. Côrtes

COMISSÃO ESPECIAL DE ADAPTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

6a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de novembro de hum mil, novecentos e sessenta e nove, na sala das Comissões reuniu-se a Comissão Especial de Adaptação da Constituição do Estado do Paraná, contando com as presenças dos senhores Deputados Abraão Miguel, Luiz Renato Malucelli, Antônio Lopes Júnior, Túlio Vargas, Olivir Gabardo e Alencar Furtado. Para proceder a instalação e eleição para Presidente e Vice Presidente da referida Comissão, na forma regimental, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Abraão Miguel, que declarou instalada a Comissão. Procedeu-se em seguida a votação para a eleição do Presidente e Vice Presidente da Comissão. Sendo procedida a apuração, constatou-se que por unanimidade de votos foram eleitos os Senhores Deputados Abraão Miguel e Luiz Renato Malucelli, respectivamente. O Senhor Presidente eleito agradece a deferência que lhe foi concedida por seus nobres pares, elegendo-o para tão importante cargo. Foi designado o Senhor Deputado Luiz Renato Malucelli, Relator dos Dispositivos Gerais e Transitórios, Antônio Lopes Júnior, Poder Executivo, Túlio Vargas, Ordem Econômica e Organização Municipal, Olivir Gabardo, Processo Legislativo e o Deputado José Alencar Furtado, Relator da matéria Poder Judiciário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar lavrei ATA, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Abraão Miguel — Presidente
Carmen A. Fregoneze